

CRISE DO CAPITALISMO NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO SÉCULO XXI¹

Yasmin Couto de Jesus²

Resumo: Esse estudo busca entender, por meio de uma revisão sistemática de literatura, como, em termos gerais, a crise de acumulação do capital impacta o Brasil no século XXI. Será discutida, portanto, a relação entre o capital e sua intrínseca necessidade contínua de expansão, bem como as contradições desse processo que inevitavelmente levam à sua crise. Para isso, procuramos pistas sobre como o nacional (questões estruturais internas e conjunturais) e internacional (questões estruturais e conjunturais externas) refletem e interagem na formação do contexto sociopolítico e econômico atual brasileiro. Buscamos entender ainda qual o papel do Estado e da luta de classes nesse processo, como também as consequências diretas da crise estrutural para a sociedade e para a natureza e, por fim, discussões sobre a superação do capitalismo e perspectivas para o futuro.

Palavras-chave: Economia Brasileira; Acumulação de Capital; Estado e Classes Sociais

Abstract: This study aims to understand, through a systematic literature review, how, in general terms, the crisis of capital accumulation impacts Brazil in the 21st century. Therefore, the relationship between capital and its intrinsic continuous need for expansion will be discussed, as well as the contradictions of this process that inevitably lead to its crisis. For this, we seek clues about how the national (internal structural and conjunctural issues) and international (external structural and conjunctural issues) reflect and interact in the formation of the current Brazilian socio-political

¹ O presente trabalho faz parte do escopo de pesquisa desenvolvido no doutorado sob orientação do Prof. Dr. Agnaldo dos Santos, e a sua base advém das pesquisas iniciais do projeto de tese ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" campus Marília.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: yasmin.couto@unesp.br

and economic context. We also seek to understand the role of the State and class struggle in this process, as well as the direct consequences of the structural crisis for society and nature, and finally, discussions about the overcoming of capitalism and perspectives for the future.

Keywords: Keywords: Brazilian Economy; Capital Accumulation; State and Social Class

Introdução

O debate sobre os aspectos negativos das mudanças climáticas que temos enfrentado não é novo. Durante muito tempo cientistas climáticos e cientistas sociais produziram alertas com o intuito de conscientizar o mundo em relação à crise ambiental iminente, mas poucos tiveram suas preocupações levadas a sério. Para o filósofo indígena brasileiro Ailton Krenak (2020):

Estamos vivendo uma tragédia global. Mesmo que alguns coletivos humanos pensem para além da linha-d'água, são apenas uma amostra grátis dessa humanidade. Precisamos evocar, do meio disso, alguma visão para sairmos desse pântano. Isso que as ciências política e econômica chamam de capitalismo teve metástase, ocupou o planeta inteiro e se infiltrou na vida de maneira incontrolável. Se quisermos, após essa pandemia, reconfigurar o mundo com essa mesma matriz, é claro que o que estamos vivendo é uma crise, no sentido de erro. (Krenak, 2020, p. 18)

Em outras palavras, para Dilger (2016), isso significa dizer que o colapso ambiental não é apenas uma preocupação infundada de alguns poucos cientistas, é na verdade um reflexo da exploração econômica, social, política, ética, ideológica e ambiental do capitalismo, presente em boa parte das sociedades. De forma complementar, Assunção, Monsalve e Rocha (2023) abordam a concepção de crises como “algo inerente ao modo de produção capitalista, e não um acidente inesperado, elas são frutos da própria dinâmica de acumulação de capital” (2023, p. 13).

Assim, em concordância com as acepções expostas dos autores supracitados e diante do interesse em examinar as aproximações dos limites estruturais do capital, o presente estudo tem por objetivo propor um estudo acerca da crise de acumulação de capital no Brasil, durante o século XXI, para examinar as características de manifestação deste fenômeno bem como suas tendências. O questionamento que direciona o presente trabalho, busca responder

se, e em qual medida, a crise estrutural de acumulação de capital impacta a sociedade Brasileira. Nesse sentido, temos como uma possível hipótese básica a presunção de que a crise de acumulação de capital é constante, um problema estrutural do capitalismo, capaz de refletir e interagir com questões estruturais e conjunturais internas do Brasil, criando dessa maneira um caso singular das dinâmicas do sistema capitalista.

Dito isso, abarcando detalhes de nossa hipótese básica, apresentamos nossas hipóteses secundárias: 1. Embora haja momentos de estabilidade econômica, existe uma aceleração particular do capitalismo que agrava o fenômeno de crise estrutural do capital; 2. Não existe solução para a crise de acumulação do capital dentro do sistema capitalista; 3. O capitalismo é insustentável ambientalmente; 4. A situação econômica brasileira não é apenas um problema conjuntural, específico de governos, mas também tem uma dimensão estrutural, que o ultrapassa.

Esta pesquisa busca, portanto, contribuir para a teoria Marxista, em especial ao pensamento socioeconômico latinoamericano, ao abordar a questão da crise de acumulação de capital no Brasil no século XXI, por meio de uma revisão sistemática de literatura, e a partir de um foco político-social-econômico. Ademais, o estudo desse tema é importante para pensarmos não apenas as causas do problema da intensificação de crises, mas também as consequências socioeconômicas e ambientais que elas representam.

1. Crise de acumulação de capital: considerações sobre o fenômeno em âmbito global

Nesta seção buscaremos pistas sobre a questão estrutural, ou seja, do funcionamento do capitalismo em âmbito global, bem como sua crise. Segundo o verbete “crise da sociedade capitalista” no dicionário do pensamento marxista (2012):

Os marxistas têm, tradicionalmente, concebido a crise como o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade. Na sociedade capitalista, acredita-se que tal colapso seja gerado pelo processo de acumulação, determinado pela tendência decrescente da taxa de lucro. Deve-se, porém, fazer distinção entre, de um lado, crises ou colapsos parciais e, de outro, crises que conduzem à transformação de uma sociedade ou formação social. As primeiras referem-se a fenômenos como os ciclos econômicos que envolvem surtos de prosperidade aparentemente intermináveis, seguidos de graves declínios da atividade econômica, e são uma face crônica do capitalismo. Já as crises do segundo tipo traduzem o enfraquecimento do princípio organizador ou nuclear de uma sociedade, isto é, a erosão ou destruição daquelas relações sociais que

determinam o alcance e os limites da transformação da (entre outras coisas) atividade econômica e política. (Bottomore et al, 2012, p. 123)

Assim, é possível identificar a partir desse verbete que vem sendo discutida, sobretudo no campo marxista, a questão da continuidade das crises e o potencial destruidor, tanto econômico, quanto político e social, delas, bem como seus limites. Temos consciência de que para entender a crise da acumulação do capital é fundamental compreender primeiro como se dá o processo de acumulação do capital, para então perceber quais os empecilhos à sua realização que resultam na sua crise.

Em contraposição à teoria revisionista bernesteniana³, Luxemburgo (2015) aponta que, em seu desenvolvimento natural, o regime capitalista “devido às suas próprias contradições internas, prepara por si mesmo o momento em que tem de ser desmantelado, em que se tornará simplesmente impossível” (2015, p. 23). Segundo Luxemburgo (2021), a razão final do capitalismo é a acumulação. Assim, parafraseando Jesus (2021, p. 32), a partir da interpretação de Luxemburgo é possível perceber que para garantir sua realização, o capitalismo — que tem tendência totalizante — busca sempre sua própria expansão manifestando-se, por exemplo, através do imperialismo e do colonialismo, contando ainda, para isso, com o Estado. Luxemburgo ressalta que se trata de um Estado capitalista que prioriza, portanto, os interesses de capital e da classe dominante. Assim, ainda para a mesma autora, para assegurar tal expansão, o capital busca ampliação do mercado (geográfica e socialmente) para assim realizar constantemente a acumulação dita primitiva de capital, que diferente do que este nome poderia sugerir à primeira vista, não se trata apenas de um momento inicial do processo.

Quanto à formação de crises e à adaptação do capitalismo, é importante destacar o argumento de Luxemburgo (2015) quanto à complementaridade entre a assim chamada “acumulação primitiva” e as formas da “reprodução ampliada do capital”. Neste quesito, se destaca a importância do crédito, visto que de certa forma complementa o entendimento sobre crises. De acordo com Rosa Luxemburgo (2015), a função do crédito é a de aumentar a capacidade de extensão da produção e facilitar a troca. Porém, ao aumentar tal capacidade

³ Tal teoria revisionista defende que o desenvolvimento capitalista não o leva ao próprio desmoronamento, e que a instituição do socialismo deve ser realizada gradualmente através de reformas sociais.

produtiva, a contradição entre capacidade de expansão e capacidade de realização do mercado é evidenciada, o que não apenas gera, mas também tem capacidade de formar crises.

Na sequência, é fundamental avaliarmos o pensamento de Mészáros (2011) acerca das crises. Este autor argumenta que não se trata mais da era dos ciclos (expansão e crise). Para ele, a atual crise é diferente das demais por ser uma crise estrutural, cujas características são i) o caráter universal, ii) o alcance verdadeiramente global e iii) a escala de tempo contínua. Cumpre anotar que essa crise estrutural — que segundo Mészáros se instalou no mundo desde a década de 1960, de forma duradoura, com tendência à piora constante — é potencializada pela “finaknceirização”; pela dívida estadunidense — que inevitavelmente levará a um gigantesco “calote”—; e pela penetração do capital estadunidense no mundo. Mészáros (2011) também chama a atenção para a questão do crescente desemprego e como as tentativas de retomar os níveis de crescimento para tentar solucionar esse problema impactam diretamente na intensificação da destruição da natureza.

Isso posto, ainda de acordo com Mészáros (2011) “crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (p. 795). Mas “o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – no interior do próprio sistema relativamente autônomo.” (2011, p. 797). É por isso que, para este autor, as crises anteriores não eram estruturais: havia a possibilidade de superação, uma brecha para a sobrevivência e ampliação do capitalismo, e o capital contava com o apoio estatal para ampará-lo, por vezes sob o pretexto do estado de bem-estar social. Nesse sentido, de acordo com Mészáros,

o poder de intervenção do Estado na economia – não há muito tempo, amplamente aceito como remédio milagroso para todos os possíveis males e problemas da ‘sociedade industrial moderna’ – limita-se estritamente a acelerar a maturação dessas contradições (Mészáros, 2009, p. 67).

Mészáros também associa a frequência e intensidade das crises com a aproximação dos limites estruturais do capital. A penetração do capital estadunidense não só em países considerados como de terceiro mundo, mas também em países “desenvolvidos” e “amigos”, com o que ele chama de imperialismo de cartão de crédito. Nesse ponto, ele destaca o papel do Estado na nacionalização de falências capitalistas. Reitera ainda que sobre o mundo

financeiro é instável e em como em uma situação de crise “sobra” ao Estado o papel de recuperar as crises bancárias através da injeção de dinheiro público.

Tal autor (2011) argumenta ainda que existe uma tendência em direção à diminuição dos direitos trabalhistas, pois, segundo ele, trabalho e capital são antagônicos e o capital tem o controle sociometabólico. Segundo o autor, mesmo em épocas em que direitos são conquistados, essa inflexão ocorre porque o capital assim desejou e o contexto sócio-político-econômico permitiu. Segundo esse autor

o capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra com as graves consequências da deterioração da taxa de lucro (Mészáros, 2011, p.70)

Mészáros argumenta, portanto, que a força de trabalho, qualificada ou não, sofre as consequências das contradições e limitações da expansão do capital. O autor ressalta ainda que o problema dos crescentes índices de desemprego está atrelado a outro problema: o fato de que retomar os níveis de crescimento para tentar solucionar o problema do desemprego impacta diretamente na intensificação da destruição da natureza; natureza essa que está chegando, segundo o autor, a seu limite⁴. Esse ponto em especial nos chama atenção para o quão perigosa pode ser a decisão de continuarmos seguindo políticas desenvolvimentistas.

Ainda nesse ponto acerca da crise estrutural, das contradições internas do capitalismo e das consequências dela para a classe trabalhadora, ao comentar sobre o capitalismo em pleno funcionamento, Franco (2023) comenta que:

Marx argumenta que essas crises podem ser agravadas por fatores esporádicos, mas, além disso, decorrem de condições inerentes aos ciclos industriais e agrícolas (a acumulação do capital, por suposto) e, portanto, para ele, a classe trabalhadora se caracteriza de modo permanente pelas condições de precariedade e sazonalidade, pois mesmo quando há algum tipo de melhorias em momentos de relativa ascensão econômica, em momentos de crise a reversão às condições de miséria são a realidade [qualquer semelhança com nossa vida atual pode não ser mera coincidência] (Franco, 2024, p.172)

Isto posto, o que estamos tentando demonstrar é que inúmeros autores argumentam que a acumulação do capital é constante (dentre eles Rosa Luxemburgo, David Harvey,

⁴ Segundo Mészáros (2011) a atenção que passou a ser dada ao problema da ecologia é muitas vezes desfigurada, o que faz com que as pessoas dissociem essa questão dos problemas sociais e políticos, bem como acabem não se dando conta de que a destruição do meio ambiente é consequência direta da necessidade do crescimento capitalista.

Virgínia Fontes, Thiago Franco), e que o capitalismo, cuja natureza é contraditória, não interpreta a crise como exceção, mas como regra do sistema. Partindo desse pressuposto, já que é um problema estrutural, é fundamental entender como ele se manifesta no Brasil, visto que interage com questões sociopolíticas e econômicas internas. É preciso analisar, portanto, os contextos históricos comuns e divergentes para entendermos a natureza do processo, bem como pensarmos as alternativas à tal crise.

2. Crise de acumulação na América Latina e Brasil

Acosta e Brand (2018, p. 34), ao comentar sobre os contextos históricos comuns e divergentes da América Latina apontam que ao contrário dos discursos generalizados de crise na Europa a partir da virada do século XXI, a América Latina passou por um período em que não se falava em recessão, sobretudo devido ao crescimento da demanda internacional por recursos naturais, que ao aumentarem o rendimento das exportações e investimento estrangeiro, proporcionou, segundo os autores, “uma margem mais ampla de ação política” (p. 34).

Assim, essa conjuntura beneficiou governos, empresas públicas e privadas da região, resultando também na eleição, em alguns países, de governos progressistas, bem como políticas de redução da pobreza e melhoria da distribuição de renda. Essa orientação, de acordo com tais autores, foi conseguida através do extrativismo⁵, conceito que, conforme esses autores, ao lado de outros como “acumulação primitiva”, “acumulação por espoliação”, “concentração de terras”, ajudam a entender a “evolução atual do capitalismo moderno” (2018, p. 37). Esses autores apontam também que:

Não se pode negar, porém, que a condição de vida da população historicamente marginalizada experimentou relativa melhoria nos países administrados por governos “progressistas” — graças a uma melhor distribuição da renda do extrativismo, que, como já pontuamos, cresceu nesse período devido aos preços elevados das matérias-primas no mercado internacional. Apesar da retórica revolucionária e dos êxitos sociais — embora alguns destes êxitos mais se pareçam a uma mera recuperação econômica após a crise neoliberal dos anos 1990 —, não houve uma verdadeira redistribuição da riqueza e do poder, e menos ainda uma mudança na modalidade de acumulação. (Acosta; Brand, 2018, p. 60)

⁵ Os autores conceituam o extrativismo como: “atividades que removem, na maioria das vezes de forma intensiva, grandes volumes de recursos naturais, e a cultivos agroindustriais que se utilizam de muitos insumos, com o objetivo de exportar segundo a demanda dos países centrais, sem processamento — ou com processamento limitado — dos produtos.” (Acosta; Brand, 2018, p. 36)

É possível perceber a partir desses argumentos que o não apenas o século XXI foi (e ainda está sendo) marcado por mudanças sociopolíticas e econômicas significativas. Portanto, apesar de relativa melhoria, não houveram verdadeiras mudanças estruturais, como mudanças na acumulação, por exemplo. Ainda segundo esses autores:

Agora que o ciclo de preços altos das matérias-primas chegou ao fim, retoma-se nestes países a lógica dos ajustes — ou seja, corte nos gastos públicos e nas políticas sociais, desvalorização do câmbio, aumento das taxas de juros e “flexibilização do trabalho” — que, como tudo indica, terminarão golpeando com mais força os mesmos de sempre: os setores médios e populares. Resumidamente, o extrativismo no século XXI expressa uma forma substancial da modalidade de acumulação primário-exportadora, resultado de um modelo de desenvolvimento capitalista periférico e dependente. A mesma situação social se vincula — embora não exclusivamente — com a valorização de determinados recursos naturais no mercado mundial capitalista como uma extensão particular da lógica fetichista do capitalismo. (Acosta; Brand, 2018, p. 61)

Tal modelo de desenvolvimento, fundamentado pelo extrativismo, foi adotado por países latino-americanos, ao colocar essa região, periférica e dependente, em uma situação delicada quando comparada ao seu oposto em situações de crise. Sobre a natureza das crises, Pablo Solón (2019) comenta que:

O que a humanidade enfrenta não é só uma crise ambiental, econômica, social, geopolítica, institucional e civilizatória. Essas crises são parte de um todo. É impossível resolver qualquer uma delas sem abordar conjuntamente todas as outras. Elas se retroalimentam. As estratégias unidimensionais não conseguirão resolver essa crise sistêmica. Pelo contrário, podem agravá-la. (Solón, 2019, p. 13)

De acordo com o autor, essas diversas crises fazem parte de um todo, uma crise sistêmica. Busquemos pistas sobre ambas. No que toca o ponto de crises eventual em contraposição a crises sistêmicas, achamos fundamental resgatar o argumento de Halliday (1999) ao comentar sobre o nacional e o internacional, que afirma:

dentro dos escritos da economia política internacional, houve uma aplicação dos conceitos marxistas para analisar as causas e as consequências de um mercado cada vez mais internacionalizado e das novas formas que ele estava assumindo. Dentro da análise de política externa, tornou-se possível não somente examinar como os fatores burocráticos e constitucionais afetavam resultados políticos, mas também como eles mesmos eram moldados pelos fatores históricos e sociais mais amplos, incluindo fatores internos de classe. (Halliday, 1999, p. 31)

Assim, segundo esse autor, o nacional e o internacional têm a sua autonomia parcial, e sempre interagiram. Dessa forma, a separação desses pode causar perdas em uma explicação ou análise, pois, segundo Halliday, “Os Estados funcionam simultaneamente nos níveis doméstico e internacional e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas posições no outro.” (Halliday, 1999, p. 34)

Desse modo, para entender as especificidades do caso brasileiro (a acumulação de capital brasileira e sua crise) é preciso não apenas verificar as questões estruturais internas e conjunturais (nacional), mas também entender o movimento das forças estruturais e conjunturais externas (internacional), visto que, como afirma Halliday, elas têm sua autonomia, mas interagem. Sobre a questão nacional, é fundamental comentarmos sobre o papel das classes sociais no contexto latino-americano e, conseqüentemente, brasileiro. De acordo com Florestan Fernandes (1975):

[...] As classes sociais se manifestam nas sociedades latino-americanas como formações histórico-sociais típicas. No entanto, elas apresentam variações (em três níveis distintos: o das bases perceptivas e cognitivas das atitudes e comportamentos de classe; o dos conteúdos e orientações da consciência e relações de classe; e o da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si), que não são simples produtos de diferenças de contexto sociocultural ou de tempo histórico. Por mais que esses dois aspectos pareçam contraditórios e exclusivos, ambos se explicam pela mesma causa: o modo pelo qual o capitalismo se institucionalizou, difundiu-se e desenvolveu-se na América Latina. A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária. Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se, de maneira variável mas geral, a condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. Isso quer dizer que o modo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva. As classes sociais não "são diferentes" na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social. (Fernandes, 1975, p. 39)

Percebendo os distanciamentos e aproximações do contexto latino-americano, bem como questões internas como classe são fundamentais na análise e compreensão do problema como um todo, é necessário comentarmos a partir de agora sobre as especificidades do capitalismo brasileiro. Para isso, destacamos os pensadores da Teoria Marxista da Dependência, sobretudo Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra. Marini (2017, p. 156) argumenta sobre a irracionalidade do capitalismo brasileiro que vê sua expansão da produção ser estrangulada pela incapacidade de criar um mercado nacional na mesma proporção de seu desenvolvimento. Essa contradição, segundo o autor, é comum ao capitalismo em geral. No entanto, os países do centro conseguiram ultrapassar essa questão de duas maneiras: ajuste do processo tecnológico e incorporação de mercados externos. Portanto, diante dessas condições:

isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno

através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um subimperialismo. (Marini, 2017, p. 156)

E conclui, portanto, que:

O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção. (Marini, 2017, p. 157)

Já para Bambirra (2019), ao comentar sobre a dependência dos países latino-americanos, argumenta que:

Pois bem, os países dependentes que mais se desenvolveram têm a necessidade intrínseca de seguir se desenvolvendo de forma cada vez mais intensa. Não existe opção intermediária: ou desenvolvimento, ou estagnação. Isso supõe a resolução do problema dos mercados, o que significa que os países nos quais se deu um maior desenvolvimento das forças produtivas tratem de impor seu poderio sobre os países menos desenvolvidos, como uma necessidade vital que ultrapassa os limites dos lentos acordos regionais e das estritas conveniências do capital estrangeiro enquanto tal. (Bambirra, 2019, p. 202)

Ainda na perspectiva de Bambirra, conceder o domínio sobre América Latina a um país imperialista se choca com os desejos dos Estados Unidos, no entanto, é possível aceitar a atuação de um país nessa condição desde que ele siga aceitando a liderança da potência norte-americana, como é o caso do Brasil. Na teorização de Bambirra (2019), essa relação torna o Brasil um sócio menor do imperialismo. Isto posto, sobre as contradições do capitalismo brasileiro destacamos o pensamento de Francisco de Oliveira (2013). Ao caracterizar o Brasil como um ornitorrinco, afirma que este é repleto de contradições, uma formação singular no sistema capitalista. Nas palavras do autor:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as "acumulações primitivas", tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, "acumulação". O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de "buraco negro": agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem

remissão. Vivam Marx e Darwin: a periferia capitalista finalmente os uniu.
(Oliveira, 2013, p. 150)

Francisco de Oliveira, assim como os autores que apresentamos anteriormente, parecem seguir pistas que resultam, em nossa interpretação, em algo mais ou menos coeso: o Brasil, esse ornitorrinco difícil de ser compreendido, enquanto parte de uma região dependente está “condenado” a uma realidade de acumulação capitalista “truncada”, cujo retorno político-econômico-social não vem pois, além de políticas desenvolvimentistas serem falhas (não devido a sua execução, mas sim devido a sua natureza), estão inseridas em um contexto mais amplo, estrutural, que o ultrapassa, de contradições do próprio sistema capitalista.

3. Considerações finais

Esse estudo se propôs a estudar de que forma a crise de acumulação do capital impacta o Brasil no século XXI. Foi discutida, portanto, a relação entre o capital e sua intrínseca necessidade contínua de expansão, bem como as contradições desse processo que inevitavelmente levam à sua crise, analisando ainda como interagem o nacional e internacional e o papel do Estado e da luta de classes nesse processo. Ao longo do estudo percebemos que os autores analisados pensam a crise no sistema capitalista como regra e não como exceção. Partindo desse pressuposto e entendendo que esse é um problema estrutural, é fundamental entender como ele se manifesta no Brasil, visto que essa questão estrutural interage com questões sociopolíticas e econômicas internas. Nesse sentido, percebemos também que autores que pensam o Brasil e a América Latina percebem que a condição de dependência é essencial para entendermos a realidade latinoamericana, uma realidade de “acumulação truncada”, que apesar de eventuais diferenças, no geral está sujeita a retornos político-econômico-sociais pontuais e políticas desenvolvimentistas falhas, e cabe ressaltar que falhas não devido a sua execução, mas sim devido a sua natureza contraditória do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto e BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento:** saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ASSUNÇÃO, Matheus Gringo de; MONSALVE, Sofia; ROCHA, Nayara Côrtes. Apresentação. *In: O capitalismo clandestino:* e a financeirização dos territórios e da natureza. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 3 ed. Florianópolis: Insular: 2015.

BOTTOMORE, Tom (ed). **Dicionário do pensamento Marxista.** Tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antônio Monteiro Guimarães. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DILGER, Gerhard. O Bem Viver como horizonte estratégico. *In: ACOSTA, Alberto. O bem viver:* uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 243-245.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente:** e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FRANCO, Thiago Fernandes. Comentários sobre o problema da assim chamada acumulação primitiva a partir de Marx: conversa com estudantes das relações internacionais sobre os desafios de uma agenda de pesquisa coletiva. *In: BUGIATO, Caio (org.). Marx & Engels:* Analistas das Relações Internacionais. 1. ed. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2024. p. 153-194.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JESUS, Yasmin Couto de. **O desenvolvimento econômico e o genocídio e etnocídio dos povos indígenas:** um estudo acerca da acumulação do capital e seus efeitos perversos. Orientador: Thiago Fernandes Franco. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Sergipe, [S. l.], 2021.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOUREIRO, Isabel. Nota bibliográfica. *In: LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa.* 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6 ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Rev. bras. Fisioter., vol. 11, n. 1, São Carlos, [n.p.], Jan./Feb. 2007.

SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas: Bem-viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe-Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.